



LICENCIAMENTO OU COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO
CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO

(ASSINALAR O TIPO DE PEDIDO)

- LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO**, nos termos do n.º 2 do Artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).
(Operações urbanísticas referidas no n.º 2 do Artigo 4º do RJUE, alíneas c), d) e e)).

O pedido referente a **LICENCIAMENTO** é instruído com os elementos constantes do **QUADRO 1** e **QUADRO 2**, em anexo, sendo o seu preenchimento obrigatório.

- Obras de Construção/Alteração/Ampliação, em área não abrangida por operação de loteamento.
(alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º do RJUE.)
- Obras de Construção/Reconstrução/Alteração/Ampliação/Conservação, situadas em zona de protecção de edifício classificado ou em zona sujeita a servidão ou restrição de utilidade pública.
(alínea d), do n.º 2, do artigo 4.º do RJUE.)
- Obras de Reconstrução sem preservação de fachada.
(alínea e), do n.º 2, do artigo 4.º do RJUE.)

- COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO**, nos termos Artigo 35º, do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).
(Operações urbanísticas referidas no n.º 3 do Artigo 6º do RJUE, alíneas c), e), f), e g)).

O pedido referente a **COMUNICAÇÃO PRÉVIA** é instruído com os elementos constantes dos **QUADRO 1, QUADRO 2, QUADRO 3, QUADRO 4** e **QUADRO 5**, em anexo, sendo o seu preenchimento obrigatório.

- Obras de Reconstrução com preservação de fachada
(alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º do RJUE.)
- Obras de Construção/Alteração/Ampliação, em área abrangida por operação de loteamento, ou plano de pormenor que contenham os elementos referidos nas alíneas c), d) e f), do n.º 1, do Artigo 91.º do Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro.
(alínea e), do n.º 1, do artigo 6.º do RJUE.)
- Obras de Construção/Alteração/Ampliação, em zona urbana consolidada, para os quarteirões, para os quais tenha sido efectuado estudo para determinação do modal, nos termos do Regulamento do Plano Director Municipal.
(alínea f), do n.º 1, do artigo 6.º do RJUE.)
- Obras de Construção de piscina associada à edificação principal.
(alínea g), do n.º 1, do artigo 6.º do RJUE.)

O requerente deve organizar os documentos pela ordem indicada, com numeração de páginas de forma sequencial. Apenas são numeradas as duas colecções iniciais.

Pág. _____ a _____

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

O pedido está devidamente instruído com os documentos assinalados na coluna " "

O pedido não está instruído com todos os documentos necessários, tendo o requerente conhecimento do facto.

O Funcionário, _____ Data: ____ / ____ / ____

Tomei conhecimento,

O Requerente, _____ Data: ____ / ____ / ____



Ex.º Sr. Presidente
da Câmara Municipal da Amadora

00 REGISTO DE ENTRADA

Requerimento n.º

Processo n.º

Data / /20 O Funcionário

A Preencher pelos serviços

01 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome/Designação _____,

Morada/Sede _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

Telefone _____, Telemóvel _____, Fax _____,

E-mail _____,

B. Ident./Passaporte N.º _____, Data de Emissão _____, Arquivo _____,

N.º Cartão Pessoa Colectiva _____, N.º Ident. Fiscal _____,

02 NA QUALIDADE DE (ASSINALAR A QUALIDADE DO REQUERENTE E O TIPO DE IMÓVEL)

Proprietário Compropietário Locatário Superficiário Usufrutuário

Mandatário Titular do Direito de Uso _____

do Prédio descrito na _____^a Conservatória do Registo Predial de Amadora, sob o n.º _____,
e inscrito na matriz com o n.º _____,

do(a) Lote Edifício Fracção Estabelecimento/Empreendimento

Sito(a) em _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

03 ÂMBITO DA INFORMAÇÃO (ASSINALAR O TIPO DE PEDIDO PRETENDIDO)

Vem requerer a V.Exa, ao abrigo do disposto no artigo 9º e n.º 2 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, **licenciamento**;

Vem apresentar a V.Exa, ao abrigo do disposto no artigo 9º e n.º 3 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, **comunicação prévia**;

Vem requerer a V.Exa, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 72º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, a **renovação de**

Licença Comunicação Prévia n.º _____, emitida em / / _____,

referente ao processo n.º _____, requerimento n.º _____,

Relativo à obra de: Construção Reconstrução Ampliação Alteração — Interior Exterior

Destinada a ser utilizada como:

Habitação Comércio Serviços Indústria Restauração/Bebidas

Empreendimento Turístico _____

Para o efeito apresenta os elementos constantes do(s):

QUADRO 1 QUADRO 2 QUADRO 3 QUADRO 4 QUADRO 5

Anexa os pareceres favoráveis emitidos pelas seguintes entidades:

Cuja execução será:

Normal

Faseada, o requerente pode optar pela execução faseada da obra, devendo para o efeito, nos termos do Artigo 59º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, em caso de operação urbanística sujeita a:

LICENCIAMENTO, identificar no projecto de arquitectura os trabalhos incluídos em cada uma das fases e indicar os prazos, a contar da data de aprovação daquele projecto, em que se propõe requerer a aprovação dos projectos da engenharia de especialidades relativos a cada uma das fases;

(Os projectos das especialidades referentes à fase inicial serão entregues no prazo de 6 meses, de acordo com o n.º 4 do art.º 20 do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, sendo os seguintes apresentados de acordo com o faseamento proposto em projecto, salvo outros prazos que a Câmara entenda estabelecer)

COMUNICAÇÃO PRÉVIA, identificar no projecto de arquitectura os trabalhos incluídos em cada uma das fases e indicar os prazos para a sua execução.

04 COMPLEMENTARMENTE AO PEDIDO, REFERE QUE EXISTE PARA O LOCAL (ASSINALAR O PRETENDIDO)

Processo antecedente na CMA (caso exista)

informação prévia homologada favoravelmente em

/ /

processo n.º

requerimento n.º

alvará de loteamento n.º

Operação urbanística situada em zona de protecção de imóvel classificado

Classe de espaço do plano director Municipal

Mais esclarece que o pedido diz respeito a instalação/alteração ou ampliação de estabelecimento:

Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho, referente a

Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de Julho, referente a

Solicita que todas as notificações referentes ao processo de licenciamento ou comunicação prévia da obra sejam dirigidas a:

Nome/Designação

Domicílio/Sede

Freguesia

Código Postal

-

N.º Telefone

N.º Telefax

E-Mail

Para o efeito solicito a V. Exa. que possa beneficiar da economia processual nos termos do art.º 10 do Código do Procedimento Administrativo, sendo dispensado de apresentar os seguintes documentos utilizados no pedido anterior referenciado pelo processo n.º _____ requerimento n.º _____, por se manterem válidos e adequados.

Para o efeito solicito a V. Exa. que possa beneficiar do disposto no n.º 2 do art.º 72 do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, sendo utilizados num novo processo os elementos a seguir designados que instruíram o processo anterior n.º _____ requerimento n.º _____, por se manterem válidos e adequados:

(aplicável desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação).

(*) Campo de preenchimento obrigatório sempre que o requerente pretenda beneficiar da economia processual, ou do disposto no n.º 2 do art.º 72º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro e, apenas relativamente aos processos rejeitados liminarmente, indeferidos, arquivados ou cuja licença ou comunicação prévia haja caducado.

- Documento comprovativo da legitimidade do requerente (desde que com validade inferior a 1 ano); ...req.º n.º _____
- Certidão da Conservatória do Registo Predial (desde que com validade inferior a 6 meses);req.º n.º _____
- Termo de responsabilidade do técnico;req.º n.º _____
- Comprovativo da validade de inscrição em associação pública de natureza profissional;req.º n.º _____
- Planta de localização;req.º n.º _____
- Estimativa do custo de obra;req.º n.º _____
- Calendarização da execução da obra;req.º n.º _____
- Memória descritiva;req.º n.º _____
- Fotografias;req.º n.º _____
- Peças desenhadas consoante a obra de edificação;req.º n.º _____
- Quadro com os elementos estatísticos;req.º n.º _____
- Consultas externas (cópia de pareceres, autorizações e aprovações)req.º n.º _____

Projectos das especialidades:

- Estabilidade;req.º n.º _____
- Alimentação e distribuição de energia eléctrica;req.º n.º _____
- Instalação de gás;req.º n.º _____
- Rede predial de águas;req.º n.º _____
- Rede predial de esgotos;req.º n.º _____
- Rede de drenagem de águas pluviais;req.º n.º _____
- Arranjos exteriores;req.º n.º _____
- Instalações telefónicas e de telecomunicações;req.º n.º _____
- Estudo de comportamento térmico (RCCTE);req.º n.º _____
- Instalações electromecânicas, incluindo transporte de pessoas e mercadorias;req.º n.º _____
- Segurança contra o risco de incêndios em edifícios;req.º n.º _____
- Ficha de segurança (ANPC);req.º n.º _____
- Acústico;req.º n.º _____
- Ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão;req.º n.º _____
- Instalações mecânicas de climatização (RSECE);req.º n.º _____

Pede deferimento,

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente (exibição do B.I. ou assinatura reconhecida)

Declaração

Declaro que no prazo de 10 dias após a entrega do pedido de licenciamento ou autorização da operação urbanística, me obrigo a afixar no local da mesma um aviso, bem visível da via pública, de acordo com o modelo aprovado pela Portaria n.º 216-C/2008, de 3 de Março.

Amadora, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente (exibição do B.I. ou assinatura reconhecida)

Elementos de instrução do pedido de **Licenciamento de Obras de Edificação**, nos termos do n.º 1, do n.º 11.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março. **Quadros 1 e 2.**

Elementos de instrução do pedido de **Comunicação Prévia de Obras de Edificação**, nos termos do n.º 1, do n.º 12.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março.
Tratando-se de Comunicação Prévia de Obras de Edificação, deverão ser entregues com a instrução do pedido os elementos constantes dos **Quadros 1, 2, 3, 4 e 5.**

1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade para apresentação do pedido:

Pág. _____ a _____

1.1. Certidão da Conservatória do Registo Predial (a validade das certidões extraídas a partir de 21 de Julho de 2008, é de um ano, podendo ser revalidada por períodos de igual duração, se a sua informação se mantiver actual.) contendo a descrição e todas as inscrições em vigor referente ao prédio abrangido e que confira a faculdade de realização da operação: (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original).

Pág. _____ a _____

1.1.1. Proprietário - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de um ano que demonstrem a legitimidade do requerente. Quando prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio;

Pág. _____ a _____

1.1.2. Usufrutuário - Escritura notarial;

Pág. _____ a _____

1.1.3. Superficiário - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos emitida há menos de um ano. Quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio;

Pág. _____ a _____

1.1.4. Mandatário - Procuração ou outro documento que confira a representação, com poderes para o acto e documento que comprove a legitimidade do mandante;

Pág. _____ a _____

1.1.5. Outro _____

Pág. _____ a _____

1.2. Certidão da Conservatória do Registo Comercial (válida por 1 ano desde a emissão) ou Código da Certidão Comercial Permanente, caso o requerente seja uma pessoa colectiva.

Pág. _____ a _____

• No caso do requerente ser pessoa colectiva, deverá juntar, certidão de pessoa colectiva e certidão do registo comercial, emitida há menos de um ano. (Cópia do documento original autenticada notarialmente, ou simples, com exibição do original)

1.3. Acta da assembleia de condóminos,

Pág. _____ a _____

1.3.1. Acta da assembleia de condóminos aprovada por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio ou declaração individual de dois terços dos condóminos, no caso de **obras de alteração que modifiquem a linha arquitectónica ou o arranjo estético do edifício**, em conformidade com o artigo n.º 1422.º do Código Civil;

Pág. _____ a _____

1.3.2. Acta da assembleia de condóminos aprovada por unanimidade ou declaração individual de cada condómino, no caso de **alteração do destino** da fracção previsto no título constitutivo da propriedade horizontal em conformidade com o disposto no n.º 1 do 1419º ou n.º 5 do artigo 1432º, do Código Civil (este documento será solicitado tratando-se de pedido relativo a alteração de utilização).

Pág. _____ a _____

<input type="checkbox"/> 2. Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura , quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 2.1. Prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional e da validade da mesma.	Pág. _____ a _____
<p>Nota: Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional eligível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção da obra e Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro.</p>	
<hr/> <p>3. Plantas de localização, extractos das plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Director Municipal, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, a fornecer pela Câmara Municipal da Amadora:</p>	
<input type="checkbox"/> 3.1. Cartografia , escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.2. Ortofotomapa , escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.3. PDM-Ordenamento , escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.4. PDM-Condicionantes 1 (Servidões) , escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.5. PDM-Condicionantes 2 (RAN e REN) , escala 1:10000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.6. Outras Condicionantes , escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.7. Património , escala 1:2000;	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> 3.8. Extrato da planta síntese do alvará de loteamento (comunicação prévia) .	Pág. _____ a _____
<hr/> <input type="checkbox"/> 4. Estimativa do custo total da obra , de acordo com a Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, devendo no caso de obra faseada observar-se o disposto no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.	Pág. _____ a _____
<hr/> <input type="checkbox"/> 5. Calendarização discriminada da execução da obra , de acordo com a Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, devendo no caso de obra faseada observar-se o disposto no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.	Pág. _____ a _____
<hr/> <input type="checkbox"/> 6. Memória descritiva e justificativa nos termos do n.º 11.º da Portaria 232/2008, de 11 de Março, referente ao licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, que deve conter os seguintes elementos:	Pág. _____ a _____
<ul style="list-style-type: none"> • Confrontações do terreno • Descrição e justificação da proposta para a edificação; • Enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente e operação de loteamento, se existir; • Adequação da edificação à utilização pretendida; • Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente; • Indicação da natureza e condições do terreno; • Adequação às infra-estruturas e redes existentes; • Uso a que se destinam as fracções/construções • Área de construção (habitação, comércio, serviços/escritórios, indústria e/ou outros), volumetria, área de implantação, cêrcea e número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, número de fogos e/ou unidades e respectiva tipo- 	

logia, dotações de estacionamento, áreas de utilização comum do edifício ou condomínio;

- Quando se trate de pedido inserido em área unicamente abrangida por plano director municipal deve também referir-se a adequabilidade do projecto com a política de ordenamento do território contida naquele plano;

7. Fotografias actualizadas a cores do local da operação urbanística pretendida, abrangendo os prédios confinantes.

Pág. _____ a _____

8. Projecto de arquitectura, de acordo com o n.º 11.º da Portaria 232/2008, de 11 de Março (incluindo peças desenhadas nas cores convencionais, encarnado e amarelo, relativamente ao antecedente licenciado no caso de ampliação ou alteração), que deve conter no mínimo, os seguintes elementos:

Pág. _____ a _____

- Planta de implantação da situação existente, desenhada sobre levantamento topográfico geo-referenciado com ligação à rede, em altimetria, incluindo as construções confinantes num troço de 5.00 metros, à escala de 1:200 ou superior, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas de cedência a integrar no domínio público, áreas impermeabilizadas e respectivo material;

(Devem ser materializados no local da operação urbanística, duas ou mais marcas com indicação em planta das respectivas coordenadas).

(Nas situações em que a pretensão se insira em Área Urbana, regulamentado pelo Artigo 31.º do Regulamento do Plano Director Municipal, deverá também ser apresentado levantamento das frentes edificadas do quarteirão, para determinação do seu valor modal, de modo a justificar a altura da fachada da nova construção, no troço de rua compreendido entre duas transversais, à escala 1:200 ou superior, indicando as cotas no pavimento junto ao passeio, a cota correspondente à altura da fachada do edifício e da cobertura, na cumeeira).

- Plantas dos diferentes pisos à escala de 1:50 ou 1:100, contendo as dimensões, áreas úteis, e usos de todos os compartimentos, com a representação do mobiliário fixo e equipamentos, bem como representação dos corpos balanceados sobre a via pública;
- Alçados à escala de 1:50 ou 1:100, com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem o revestimento das fachadas e a cobertura, bem como a representação das construções adjacentes, quando existam, num troço de 5.00 metros;
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou 1:100 do terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, das cotas dos níveis dos diversos pisos bem como das cotas dos níveis dos prédios confinantes;
- Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente;
- Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias fracções e partes comuns, valor relativo de cada fracção expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal. Para o efeito, devem ser juntos desenhos esquemáticos com identificação das fracções, partes comuns e respectivas áreas devidamente diferenciadas.

9. Plano de acessibilidades, instruído nos termos do n.º 5, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, apresentando a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como as soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiências e mobilidade condicionada.

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 9.1. Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, relativo a acessibilidades.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 9.1.1. Prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional e da validade da mesma.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 10. Declaração de conformidade regulamentar, em cumprimento do regulamento dos sistemas energéticos e de climatização dos edifícios (RSECE), Decreto-Lei n.º 79/2006, de 04 de Abril e do regulamento das características de comportamento térmico dos edifícios (RCCTE), Decreto-Lei n.º 80/2006, de 04 de Abril.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11. Ficha de segurança contra incêndio (MOD. 200901-ANPC), aplicável às utilizações-tipo: I a III e VI a XII da primeira categoria de risco (RJ-SCIE) Regime Jurídico de SCIE: n.º 2 do artigo 17º e Anexo V do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.(RT-SCIE) Regulamento técnico de SCIE — Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro. (Aplicável às operações urbanísticas com início a partir de 1 de Janeiro de 2009)	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11.1. Prova de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional ou Declaração de organismo público oficial reconhecido que possa aferir a habilitação adequada para a subscrição de projectos, nos termos do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, caso a actividade não seja abrangida por associação pública de natureza profissional e da validade da mesma.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 11.2. Peças desenhadas com a localização dos sistemas e equipamentos de SCIE	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 12. Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 13. Quadro dos elementos estatísticos, modelo CMA, devidamente preenchido com os dados referentes à operação urbanística a realizar (QUADRO 2).	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 14. Duplicado do projecto, com os elementos constantes de 03 a 10, para devolução ao requerente após decisão favorável da pretensão.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 15. Ficha com os elementos estatísticos do INE (Q03), devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 16. Exemplares do projecto, com os elementos constantes de 02 a 10, para consulta às entidades exteriores ao Município no âmbito da apreciação do projecto, se for o caso.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 17. Exemplares do projecto aprovados por entidade externa consultada _____	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 18. Contrato de urbanização, se for o caso.	Pág. _____ a _____
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 19. Suporte informático do projecto de arquitectura – CD Peças escritas em PDF e peças desenhadas em DWG ou DXF.	
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 19.1. Declaração de conformidade do formato digital	Pág. _____ a _____

Rúbrica do requerente

(N.º 1 e 3 do artigo 35.º e n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.)

01 ESPECIFICAÇÕES DE:

Comunicação Prévia de obras de^(a) _____ ,

Licenciamento de obras de^(a) _____ ,

Nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 35.º e n.º 4 do artigo 77.º do RJUE (Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro), a comunicação prévia^(a) _____ ,

apresentada por^(b) _____ ,

portador do^(c) _____ n.º _____ , e NIF/NIPC n.º _____ ,

no prédio sito em^(d) _____ ,

código postal _____ , freguesia _____ ,

descrito na Conservatória do Registo Predial de^(e) _____ , sob o n.º^(f) _____ ,

e inscrito na matriz^(a) _____ , sob o artigo _____ da respectiva freguesia,

cujas obras respeitam o disposto no^(h) _____ ,

bem como o alvará de loteamento n.º⁽ⁱ⁾ _____ , informação prévia favorável

processo n.º^(j) _____ , proferida nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do RJUE, em^(l) _____ ,

apresenta as seguintes especificações:

02 ESPECIFICAÇÕES DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA (A PREENCHER OBRIGATORIAMENTE E EM CASO DE NÃO APLICÁVEL RISCAR O ESPAÇO)

Área do prédio _____ m²; Área de construção total _____ m²; Altura fachada _____ m

Área de implantação _____ m²; Volume de construção _____ m³; N.º total de pisos _____ m

Número de pisos acima da cota de soleira _____ , numa área de construção de _____ m²

Número de pisos abaixo da cota de soleira _____ , numa área de construção de _____ m²

Utilização a que se destina a edificação: _____

A edificação vai ser sujeita ao regime de propriedade horizontal, conforme elementos escritos e gráficos anexos.

03 CONDICIONAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA A PREENCHER PELO REQUERENTE (A SSINALAR COM UM X O PRETENDIDO)

Áreas a integrar o domínio público municipal _____ m², por efeitos de Alinhamentos Acerto de estremas

Outros _____

conforme assinalado em planta integrada no projecto de arquitectura — desenho n.º _____

Áreas a ceder para equipamentos _____ m², espaços verdes _____ m², e infra estruturas _____ m²,

nos termos do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, conforme assinalado em planta anexa.

Anexa-se caução para efeitos do Artigo 54.º, do Decreto-Lie n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização a executar.

(a) Indicar, conforme o caso, obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração.
 (b) Nome do apresentante da comunicação.
 (c) Bilhete de Identidade ou cartão de identificação de pessoa colectiva, consoante o caso.
 (d) Identificação de morada completa, com nome de rua ou lugar, n.º de policia e freguesia.
 (e) Identificação da conservatória do registo predial.
 (f) Número do registo na conservatória do registo predial.
 (g) Indicação, consoante o caso, predial urbana ou rústica.
 (h) Indicação do plano municipal (plano director municipal, plano de urbanização ou plano de pormenor) bem como o plano especial de ordenamento do território, caso exista e esteja em vigor.
 (i) Indicar quando as obras se situem em área abrangida por operação de loteamento, assinalando o número de alvará de loteamento e data de emissão, bem como o número do lote onde se insere a pretensão.
 (j) Indicação do número do processo administrativo, caso tenha sido emitida informação prévia favorável, proferida nos termos do n.º 2 do Artigo 14.º do RJUE e esta esteja válida (prazo de 1 ano após a decisão), sujeitando assim a presente operação urbanística ao regime de comunicação prévia, desde que esta esteja realizada nos exactos termos em que foi anteriormente apreciada.
 (l) Indicação da data da decisão favorável do pedido de informação prévia antecedente.

 Rúbrica do requerente

<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1. Estabilidade	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> inclui o projecto de escavação e contenção periférica	
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	2. Alimentação e distribuição de energia eléctrica		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	3. Instalação de gás		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	4. Rede predial de águas		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	5. Rede predial de esgotos		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	6. Rede de drenagem de águas pluviais		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	7. Arranjos exteriores		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	8. Instalações telefónicas e de telecomunicações		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	9. Estudo de comportamento térmico (RCCTE)⁽¹⁾		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	10. Instalações electromecânicas, incluindo transporte de pessoas e mercadorias		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	11. Segurança contra o risco de incêndios em edifícios	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Ficha de segurança (ANPC)	
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	12. Acústico		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	13. Ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	14. Instalações mecânicas de climatização (RSECE)⁽¹⁾		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	15. (Outros)		
	Técnico	Inscrito na	N.º
<p>(1) Os projectos de engenharia das especialidades relativos ao comportamento térmico e às instalações mecânicas de climatização, devem incluir Declaração de Conformidade Regulamentar emitida para cada fracção autónoma do edifício (ver modelo previsto no Diário da República no Despacho n.º 10250/2008, de 8 de Abril).</p>			
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	16. Coordenador dos projectos de arquitectura e especialidades		
	Técnico	Inscrito na	N.º

Nota: Todos os projectos devem conter os termos de responsabilidade de Autor de Projecto cf. Anexo I e do Coordenador de Projecto cf. Anexo II, da Portaria n.º 232/2008 e legislação aplicável, com assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante exibição do bilhete de identidade e prova da validade de inscrição em associação pública ou de que possuem habilitação adequada.

Rúbrica do requerente

Elementos de instrução dos pedidos relativos a operações urbanísticas, nos termos do n.º 2, do n.º 12.º, da Portaria N.º 232/2008, de 11 de Março.

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1. Apólice de seguro de construção , quando legalmente exigível. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 1.1. Acompanhado do recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. Apólice de seguro de responsabilidade civil , em vigor. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2.1. Acompanhado do recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. Apólice de seguro , em vigor, que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho (nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3.1. Acompanhado do recibo da última liquidação ou declaração da seguradora atestando a validade do seguro. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. Termo de responsabilidade do director de fiscalização da obra , nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4.1. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. Termo de responsabilidade do director técnico da obra (nos termos do disposto no n.º 20º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5.1. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I.P. , com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar (nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro). | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 7. Declaração de gestão e controlo de transporte dos RCD-Resíduos de Construção e Demolição (nos termos dos Artigos 11º e 12º, do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março). | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 8. Plano de segurança e saúde. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 8.1. Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do plano de segurança. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 8.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <hr/> | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 9. Livro de obra , com menção do termo de abertura. | |
| <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 9.1. Incluir modelo de registo de dados de RCD (nos termos da alínea f) do Artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março). | |

Rúbrica do requerente

O requerente deve organizar os documentos pela ordem indicada, com numeração de páginas de forma sequencial. Apenas são numeradas as duas colecções iniciais.

Elementos de instrução dos pedidos relativos a operações urbanísticas, previstos na alínea m) do n.º 1, do n.º 11º da Portaria N.º 232/2008, de 11 de Março. **Projectos da engenharia de especialidades.**

Tratando-se da legalização de construção existente localizada em AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal), nos termos dos n.ºs 2 e 3, do Artigo 50º, da Lei n.º 91/1995, de 2 de Setembro, com a actual redacção, a Câmara Municipal pode dispensar a apresentação de projectos da engenharia de especialidades, sendo os mesmos substituídos por Declaração de Responsabilidade de conformidade do construído, com as exigências legais e regulamentares para o efeito, assinados por técnico habilitado para subscrever os projectos dispensados.

Podem igualmente ser dispensados os pareceres das entidades que já se encontrem a fornecer os seus serviços à construção a legalizar, devendo ser apresentados os respectivos comprovativos.

Não é dispensada a apresentação do Estudo do comportamento térmico, Projecto de instalações electromecânicas, Projecto de segurança contra incêndio em edifícios e do Projecto acústico.

Nota: Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional eligível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção da obra e Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro.

1. Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica, 2 exemplares, constituídos por:

- | | |
|--|--------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 1.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.3. Memória descritiva e justificativa, que deverá conter estudo geológico, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a |

1.A. Ensaio de inspeção e diagnóstico dos elementos estruturais construídos:

- | | |
|--|--------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 1.A.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.A.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.B.1. Termo de responsabilidade referente a alterações (obras interiores). | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 1.B.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |

2. Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica, 1 exemplar aprovado por entidade credenciada, constituído por:

- | | |
|--|--------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 2.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 2.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 2.3. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 2.A. Ficha electrotécnica (até 50 kVA): | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 2.A.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 2.A.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |

3. Projecto de instalação de gás, 1 exemplar aprovado por entidade credenciada, constituído por:

- | | |
|--|--------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 3.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 3.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a |
| <input type="checkbox"/> ■ 3.3. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a |

4. Rede predial de águas;

Projecto aprovado pelos SMAS-OA, 1 exemplar aprovado.

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 4.1. Planta localização redes de água e saneamento (CMA/SMAS-OA) escala 1.1000. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 4.2. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 4.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 4.4. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas (com solução proposta de ligação às redes públicas e indicação das respectivas cotas fornecidas pelos SMAS-OA). | Pág. _____ a _____ |

5. Rede predial de esgotos;

Projecto aprovado pelos SMAS-OA.

4 exemplares do projecto para consulta aos SMAS-OA, constituído por:

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 5.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 5.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 5.3. Planta localização redes de água e saneamento (CMA/SMAS-OA) escala 1.1000. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 5.4. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas (com solução proposta de ligação às redes públicas e indicação das respectivas cotas fornecidas pelos SMAS-OA). | Pág. _____ a _____ |

6. Rede de drenagem de águas pluviais;

Projecto aprovado pelos SMAS-OA.

4 exemplares do projecto para consulta aos SMAS-OA, constituído por:

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 6.1. Planta localização redes de água e saneamento (CMA/SMAS-OA) escala 1.1000. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 6.2. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 6.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 6.4. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas (com solução proposta de ligação às redes públicas e indicação das respectivas cotas fornecidas pelos SMAS-OA). | Pág. _____ a _____ |

7. Projecto de arranjos exteriores, 2 exemplares constituídos por:

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 7.1. Planta topográfica à escala 1:1000 com a delimitação do prédio e a implantação precisa da obra. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 7.2. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 7.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 7.4. Memória descritiva e justificativa. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 7.5. Peças desenhadas - com indicação dos pontos de rega, sistema de abastecimento dos mesmos e escoamento de águas com perfeita diferenciação dos espaços pertencentes a domínio público e domínio privado | Pág. _____ a _____ |

8. Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações, aprovado por entidade credenciada, constituído por:

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 8.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 8.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 8.3. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a _____ |

9. Estudo de comportamento térmico (RCCTE), 2 exemplares, constituídos por:

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 9.1. Declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do SCE (artigo 12º, n.º 2, alínea f), do Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de Abril).
SCE-Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar em Edifícios, Decreto-Lei 78/2006, de 4 de Abril. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.2. Termo de responsabilidade (nos termos o Art.º 13º, Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de Abril). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.4. Memória descritiva e justificativa. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.5. Ficha sumário de demonstração da conformidade regulamentar com o RCCTE (nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de Abril). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.6. Levantamento dimensional para cada fracção autónoma, incluindo uma descrição sumária das soluções construtivas utilizadas. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.7. Cálculo dos valores das necessidades nominais de energia do edifício. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.8. Ficha de comprovação de satisfação dos requisitos mínimos. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 9.9. Peças desenhadas - com pormenores construtivos definidores de todas as situações de ponte térmica. | Pág. _____ a _____ |

10. Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e/ou mercadorias, aprovado por entidade credenciada, constituído por:

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 10.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 10.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 10.3. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a _____ |

11. Projecto de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), tratando-se de edifícios e recintos previstos no n.º 1 o artigo 17º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, e aprovado pela ANPC.
(Aplicável às operações urbanísticas com início a partir de 1 de Janeiro de 2009)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> ■ 11.1. Termo de responsabilidade , nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, previsto no n.º 2 do artigo 6º. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 11.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 11.3. Projecto de segurança contra incêndio em edifícios (para os edifícios a que se refere o n.º 1 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro).
• Instruído com os elementos previstos no Anexo IV do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro. | Pág. _____ a _____
Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 11.4. Projecto de segurança contra incêndio em edifícios (para operações urbanísticas iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2009, com aplicação da legislação SCIE em vigor à data). | Pág. _____ a _____ |

12. Projecto acústico, 2 exemplares, constituídos por:

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 12.1. Termo de responsabilidade (nos termos do n.º 4, do Art.º 3º, do Decreto-Lei 129/2001, de 11 de Maio, relativo ao Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 12.2. Planta topográfica à escala 1/1000 com a delimitação do prédio e com a implantação precisa da obra. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 12.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 12.4. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas. | Pág. _____ a _____ |

13. Projecto de ventilação e exaustão de fumos e gases de combustão, 2 exemplares, constituídos por:

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 13.1. Termo de responsabilidade. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 13.2. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 13.3. Memória descritiva e justificativa, cálculos e peças desenhadas, nas quais se deverá incluir o(s) alçado(s) do edifício, sempre que existam tubagens ou outras instalações localizadas na fachada do mesmo. | Pág. _____ a _____ |

14. Projecto das instalações mecânicas de climatização (RSECE), 2 exemplares, constituídos por:

- | | |
|---|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 14.1. Declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do SCE. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.2. Termo de responsabilidade (nos termos do Art.º 24º, do Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.3. Prova da inscrição válida do técnico em associação profissional. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.4. Memória descritiva e justificativa. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.5. Ficha sumário da situação do edifício face ao RSECE (nos termos do Art.º 24º, do Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril). | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.6. Levantamento dimensional para cada fracção autónoma do edifício, incluindo descrição sumária das soluções construtivas utilizadas. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.7. Cálculo dos valores das necessidades nominais específicas de energia do edifício e das potências máximas que é permitido instalar. | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 14.8. Peças desenhadas. | Pág. _____ a _____ |

15. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

- | | |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> ■ 15.1. _____ | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 15.2. _____ | Pág. _____ a _____ |
| <input type="checkbox"/> ■ 15.3. _____ | Pág. _____ a _____ |

Rúbrica do requerente

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO DE ARQUITECTURA DE⁽¹⁾

(Anexo I da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março).

(2)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____ / ____ / _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____,

Código Postal - - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽³⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de⁽¹⁾

_____ , de que é autor, relativo

à obra de⁽⁴⁾ _____,

localizada em⁽⁵⁾ _____,

na freguesia de _____, cujo(a)⁽⁶⁾ _____ foi requerido por

⁽⁷⁾ _____,

com Morada/Sede em _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

Telefone _____, Telemóvel _____, Fax _____,

E-mail _____,

observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente⁽⁸⁾

Amadora, _____ de _____ de _____

⁽⁹⁾

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

- (1) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projecto de arquitectura ou de especialidade em questão.
- (2) Nome e habilitação do autor do projecto.
- (3) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- (4) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
- (5) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia)
- (6) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.
- (7) Indicação do nome/designação e morada do requerente.
- (8) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.
- (9) Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.

NOTAS:

1. Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa.
2. Nos termos dos Artigos 98.º 99.º de Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, as falsas declarações dos autores dos projectos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projecto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias.
3. Nos termos do n.º 3 do Artigo 99.º, as sanções aplicadas aos autores do projecto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO DA ENGENHARIA DE ESPECIALIDADE DE⁽¹⁾

(Anexo I da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março).

(2)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____ / ____ / _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____,

Código Postal _____ - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽³⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de⁽¹⁾

_____, de que é autor, relativo

à obra de⁽⁴⁾ _____,

localizada em⁽⁵⁾ _____,

na freguesia de _____, cujo(a)⁽⁶⁾ _____ foi requerido por

⁽⁷⁾ _____,

com Morada/Sede em _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

Telefone _____, Telemóvel _____, Fax _____,

E-mail _____,

observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente⁽⁸⁾

Amadora, _____ de _____ de _____

⁽⁹⁾

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

- (1) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projecto de arquitectura ou de especialidade em questão.
- (2) Nome e habilitação do autor do projecto.
- (3) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- (4) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
- (5) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia)
- (6) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.
- (7) Indicação do nome/designação e morada do requerente.
- (8) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.
- (9) Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.

NOTAS:

1. Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa.
2. Nos termos dos Artigos 98.º 99.º de Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, as falsas declarações dos autores dos projectos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projecto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias.
3. Nos termos do n.º 3 do Artigo 99.º, as sanções aplicadas aos autores do projecto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DO PROJECTO DE⁽¹⁾

(Anexo II da Portaria n.º 232/2008, de 3 Março).

(2)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____ / ____ / _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____,

Código Postal _____ - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽³⁾ _____,

com o n.º _____, declara para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de⁽¹⁾

_____, de que é coordenador, relativo

à obra de⁽⁴⁾ _____,

localizada em⁽⁵⁾ _____,

na freguesia de _____, cujo(a)⁽⁶⁾ _____ foi requerido por

⁽⁷⁾ _____,

com Morada/Sede em _____,

Código Postal _____, Freguesia _____,

Telefone _____, Telemóvel _____, Fax _____,

E-mail _____,

observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente⁽⁸⁾

Amadora, _____ de _____ de _____

⁽⁹⁾

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

- (1) Identificação de qual o tipo de operação urbanística, projecto de arquitectura ou de especialidade em questão.
- (2) Nome e habilitação do coordenador do projecto.
- (3) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- (4) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
- (5) Localização da obra (nome do arruamento e lote/número de policia e freguesia)
- (6) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.
- (7) Indicação do nome/designação e morada do requerente.
- (8) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.
- (9) Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.

NOTAS:

1. Caso não sejam respeitadas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal poderá ser ressalvado no Termo de Responsabilidade e justificado na Memória Descritiva e Justificativa.
2. Nos termos dos Artigos 98.º 99.º de Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, as falsas declarações dos autores dos projectos no Termo de Responsabilidade relativamente à observância das normas técnicas gerais e específicas da construção, bem como das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao projecto constituem contra-ordenação, podendo determinar sanções acessórias.
3. Nos termos do n.º 3 do Artigo 99.º, as sanções aplicadas aos autores do projecto são comunicadas à respectiva associação profissional, quando for o caso.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRECTOR DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA

(Anexo da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 Março).

(a)

Morador na _____,

Código Postal - - , Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

Contribuinte n.º _____, inscrito na^(b) _____,

sob o n.º _____, declara que se responsabiliza pela fiscalização da obra de^(c) _____,

localizada em^(d) _____,

na freguesia de _____,

cujas aprovação/comunicação foi requerida por^(e) _____

Obras de edificação licenciadas em _____ / _____ / _____, no processo n.º _____, requerimento n.º _____.

Amadora, _____ de _____ de _____

(f)

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

- (a) Nome e habilitação profissional do responsável pela fiscalização da obra.
- (b) Indicação da associação pública de natureza profissional, se for o caso.
- (c) Indicação da operação urbanística licenciada, mencionando a respectiva data de licenciamento.
- (d) Localização da obra (rua, número de policia e freguesia).
- (e) Indicação do nome e morada do requerente.
- (f) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIRECÇÃO TÉCNICA DA OBRA

(Anexo da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 Março).

(a)

Morador na _____,

Código Postal - - , Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

Contribuinte n.º _____, inscrito na^(b) _____,

sob o n.º _____, declara que se responsabiliza pela direcção técnica da obra de^(c) _____,

localizada em^(d) _____,

na freguesia de _____,

cuj a aprovação/comunicação foi requerida por^(e) _____

Obras de edificação licenciadas em _____ / _____ / _____, no processo n.º _____, requerimento n.º _____.

Amadora, _____ de _____ de _____

(f)

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

(a) Nome e habilitação profissional do responsável pela direcção técnica da obra.

(b) Indicação da associação pública de natureza profissional, se for o caso.

(c) Indicação da operação urbanística licenciada, mencionando a respectiva data de licenciamento.

(d) Localização da obra (rua, número de policia e freguesia).

(e) Indicação do nome e morada do requerente.

(f) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada.

DECLARAÇÃO

(1)

Portador do B.I. n.º _____, emitido em ____ / ____ / _____, pelo Arquivo de Identificação de _____,

Contribuinte n.º _____, residente em _____,

Código Postal - - _____, Telefone _____, Fax _____,

e E-mail _____,

inscrito na⁽²⁾ _____,

com o n.º _____, na qualidade de:

autor do projecto de _____,

coordenador dos projectos relativos à obra de⁽³⁾ _____,

cujo requerente é⁽⁴⁾ _____,

declara que os elementos que constam do formato digital apresentado reproduzem integralmente os que constam do processo em formato papel.

Amadora, _____ de _____ de _____

(Assinatura reconhecida ou comprovada pelo funcionário municipal mediante a exibição do B.I.)

(1) Nome e habilitação profissional do autor do projecto.

(2) Indicar associação pública de natureza profissional.

(3) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.

(4) Indicação do nome/designação do requerente.

DECLARAÇÃO DE GESTÃO E CONTROLE DE TRANSPORTE DOS RCD

(1)

com domicílio/sede na

Código Postal - - , Telefone , Fax ,

e E-mail

Contribuinte n.º , titular do alvará de construção n.º , válido até / / ,

emitido pelo InCI, I.P. - Instituto da Construção e do Imobiliário - declara que, relativamente à obra que o⁽²⁾

pretende levar a efeito localizada em

na freguesia de

, se compromete a efectuar:

a) A gestão de RCD - Resíduos de Construção e Demolição - em conformidade com o Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, bem como manter conjuntamente com o livro de obra o registo de dados de RCD de acordo com o modelo de anexo II, a que se refere a alínea f) do Artigo 11.º do diploma atrás citado;

b) O controle do transporte de RCD em conformidade com o Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março.

Amadora, _____ de _____ de _____

(Assinatura carimbo do titular do Alvará de InCI, I.P.)

(1) Nome/Designação da empresa de construção

(2) Requerente ou titular do processo de construção

